



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000257766**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1500307-87.2018.8.26.0311, da Comarca de Junqueirópolis, em que é apelante MUNICÍPIO DE JUNQUEIRÓPOLIS, é apelada P SERGIO DA SILVA PAIAO - ME.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso, V. U., com declaração do 3º Juiz**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores REZENDE SILVEIRA (Presidente sem voto), OCTAVIO MACHADO DE BARROS E WALTER BARONE.

São Paulo, 19 de março de 2025.

**JOÃO ALBERTO PEZARINI**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**Voto nº 47.886 [DIGITAL]**

**Apelação nº 1500307-87.2018.8.26.0311**

**Apelante: Município de Junqueirópolis**

**Apelado: P Sergio da Silva Paiao - Me**

**Comarca: Junqueirópolis**

APELAÇÃO – Execução fiscal – Extinção do processo em razão do baixo valor da dívida, por falta de interesse de agir, com fundamento da Resolução 547/CNJ e na tese fixada no julgamento do Tema 1184 do STF. Alegação de error in procedendo em razão da prolação de decisão surpresa. Conquanto não oportunizada à exequente prévia manifestação sobre o interesse no ajuizamento da ação, vislumbra-se possibilidade de julgamento de mérito em favor da Municipalidade. Aplicação do art. 282, § 2º do CPC. Legítimo interesse no ajuizamento da ação, competindo ao Administrador aferir a conveniência da propositura da cobrança. Recurso provido.

Apelação em face de sentença (fls. 33/36) que extinguiu execução fiscal<sup>1</sup> por ausência de interesse processual, com fundamento na Resolução nº 547/24 do CNJ e na tese fixada no julgamento do Tema 1184 do STF, diante do baixo valor do débito, e porque não verificada movimentação útil do processo há mais de um ano.

Aduz não observados adequadamente os termos da citada Resolução, tampouco da legislação aplicável e da tese fixada no julgamento do tema 1184 do STF, porquanto, na hipótese, há lei municipal definindo o valor mínimo das execuções fiscais.

Alega, ainda, desrespeitado o disposto no art. 10 do CPC e, inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução do CNJ, por criar hipótese infralegal de extinção da execução e termo inicial da prescrição, além de definir valor mínimo para cobrança judicial do crédito público, invadindo a competência municipal.

---

<sup>1</sup> Valor em 10/2018: R\$ 2.443.17.

É o relatório.

De início, verifica-se que o Juízo infringiu o disposto no art. 10 do Código de Processo Civil<sup>2</sup>, pois extinguiu a execução sem antes oportunizar à exequente manifestação a respeito do interesse no ajuizamento da ação.

Contudo, vislumbra-se possibilidade de julgamento do mérito recursal a favor da Municipalidade, o que autoriza aplicação do art. 282, §2º do Código de Processo Civil, que dispõe:

“Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.”

Nesse quadro, passa-se ao exame da insurgência contra a extinção por carência do direito de ação.

A decisão recorrida, ao extinguir o processo de execução fiscal por falta de interesse de agir dado o valor antieconômico do crédito tributário, violou o princípio constitucional do amplo acesso ao Poder Judiciário.

Mesmo nas hipóteses em que há lei local fixando limite mínimo para cobrança judicial de dívida pública, não se trata de imposição, mas mera faculdade do Administrador, a quem compete verificar a conveniência e a oportunidade do ajuizamento do executivo fiscal.

Nesse sentido, a Súmula 452 do STJ:

“Cabe às autoridades da Administração Federal extinguir ações de pequeno valor”.

Admitir-se a impossibilidade da cobrança com fulcro na ausência de interesse de agir da Fazenda Pública, como invocado pelo E. Juízo, equivaleria à autêntica forma de exclusão do crédito tributário, sem a existência de lei específica, com infração ao artigo 150, § 6º, da Constituição da República.

---

<sup>2</sup> “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.”

Não se ignora a recente tese fixada pela Suprema Corte, no julgamento do tema 1184, legitimando a extinção de execução fiscal de baixo valor.

Contudo, compartilha-se do entendimento do Ministro Dias Toffoli, que votou contrário, nos seguintes termos:

“Entendo que a previsão legislativa da possibilidade de protesto de certidões de dívida ativa é um aperfeiçoamento dos procedimentos de cobrança administrativa dos créditos da administração, mas não modifica o cenário que foi determinante para esta Corte no julgamento do Tema 109 nº da Repercussão Geral, quando se entendeu que, conquanto inviável a execução administrativa, não caberia ao Poder Judiciário extinguir execuções fiscais ajuizadas pelos municípios utilizando-se para tanto de critérios normativos previstos em leis estaduais, sob pena de malferir a autonomia dos entes federados locais. **Entendo caber a cada ente da Federação ponderar os ônus e os bônus dessas execuções e eleger os critérios que orientam a propositura ou o prosseguimento de tais demandas, não se podendo, desse modo, extingui-las mediante aplicação de critérios previstos nas legislações de outros entes ou estipulados pelo próprio julgador sem qualquer amparo em lei do ente exequente, sob pena de ofensa ao art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal**” (destacamos).

Assim, presente legítimo interesse no ajuizamento da ação, impõe-se acolhimento da pretensão recursal para restabelecer a execução fiscal.

Posto isso, **dá-se provimento** ao recurso.

**João Alberto Pezarini**  
**Relator**

Voto nº **34.446**

Apelação Cível nº 1500307-87.2018.8.26.0311

Comarca: Junqueirópolis

Apelante: Município de Junqueirópolis

Apelado: P Sergio da Silva Paiao - Me

### **DECLARAÇÃO DE VOTO CONVERGENTE**

Adota-se o relatório do voto proferido pelo  
E. Relator, Desembargador João Alberto Pizarini.

Com a devida vênia, entende-se necessária a  
declaração de voto convergente, para fazer constar que, de acordo com o  
entendimento adotado por este Desembargador, é possível a extinção de  
execuções fiscais de pequeno valor, nos termos do Tema de Repercussão  
Geral nº 1.184, do C. STF, de observância obrigatória, não havendo que se  
falar em desrespeito à garantia de acesso à Justiça nesse caso, tal como  
consignado pelo E. Relator Sorteado em seu voto. □

Todavia, o recurso merece mesmo ser  
provido, acompanhando-se a D. Relatoria quanto ao resultado do  
julgamento, pelos fundamentos de direito a seguir delineados.

Isso porque o C. Conselho Nacional de  
Justiça editou, em 22 de fevereiro de 2024, a Resolução nº 547/2024, que  
institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das  
execuções fiscais em andamento no Poder Judiciário, a partir do  
julgamento do Tema nº 1184, de Repercussão Geral, pelo C. STF.

Dispõem, o 'caput' e os parágrafos do artigo

1º da mencionada Resolução, o seguinte:

**Art. 1º.** É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

§ 1º. Deverão ser extintas as execuções fiscais de valor inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) quando do ajuizamento, em que não haja movimentação útil há mais de um ano sem citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis.

§ 2º. Para aferição do valor previsto no § 1º, em cada caso concreto, deverão ser somados os valores de execuções que estejam apensadas e propostas em face do mesmo executado.

§ 3º. O disposto no § 1º não impede nova propositura da execução fiscal se forem encontrados bens do executado, desde que não consumada a prescrição.

§ 4º. Na hipótese do § 3º, o prazo prescricional para nova propositura terá como termo inicial um ano após a data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no primeiro ajuizamento.

§ 5º. A Fazenda Pública poderá requerer nos autos a não aplicação, por até 90 (noventa) dias, do § 1º deste artigo, caso demonstre que, dentro desse prazo, poderá localizar bens do devedor.

Assim, verifica-se ser legítimo o decreto extintivo pela ausência de movimentação útil do feito por mais de 01 (um) ano, sem citação do executado ou, ainda que citado, sem a localização de bens penhoráveis, autorizado o novo ajuizamento da execução, se eventualmente encontrados tais bens.

'In casu', todavia, a execução fiscal não se amolda a tal hipótese, haja vista que, conquanto lhe tenha sido atribuído o valor da causa de R\$2.433,17 (fls.01) – abaixo, portanto, do parâmetro de R\$10.000,00 definido pelo C. CNJ como caracterizador das execuções de baixa monta –, é certo que, em 14 de setembro de 2022, o ente fazendário noticiou o parcelamento administrativo do débito fiscal, requerendo a

suspensão do feito por até 28 de fevereiro de 2025 (fls.27/29), o que foi deferido (fl.30).

Contudo, em 16 de maio de 2024, ou seja, antes mesmo do escoamento do prazo de suspensão, sobreveio a r. sentença apelada (fls.33/36).

Via de consequência, não havia razões para a extinção da ação em tela, visto que o feito estava suspenso aguardando o cumprimento do acordo noticiado pela exequente, sendo de rigor a reforma da r. sentença, como proposto pela D. Relatoria em seu voto, determinando-se a remessa dos autos à origem, para regular prosseguimento do feito executivo.

Consideram-se prequestionadas e reputadas não violadas as matérias constitucionais e legais aqui discutidas e fundamentadamente decididas.

Ante o exposto, com a devida vênia do E. Relator Sorteado, pelo meu voto, igualmente, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso, **porém por fundamento diverso.**

**WALTERBARONE**  
**3º Desembargador**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do  
original que recebeu as  
seguintes assinaturas digitais:

| Pg.<br>inicial | Pg.<br>final | Categoria               | Nome do assinante     | Confirmação |
|----------------|--------------|-------------------------|-----------------------|-------------|
| 1              | 4            | Acórdãos<br>Eletrônicos | JOAO ALBERTO PEZARINI | 29F52108    |
| 5              | 7            | Declarações<br>de Votos | WALTER ROCHA BARONE   | 2A241EC4    |

Para conferir o original acesse o site:

<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 1500307-87.2018.8.26.0311 e o código de confirmação da tabela acima.